

# Bibliotecas públicas no Rio de Janeiro do século XIX: produção dos sentidos de língua, leitura e nação\*

Maria da Graça Cassano\*\*

*Resumo:* Estudo das condições em que Biblioteca Nacional e Real Gabinete Português de Leitura se instituíram e discursivisaram durante o período imperial e configuraram-se como espaços enunciativos do português com repercussão no âmbito político. Fontes primárias, tais como regimentos, relatórios, atas e estatutos, constituíram nosso arquivo. Observamos em que medida BN e RGPL contribuíram para que noções como língua e leitura se construíssem e como tais construções afetaram e vêm afetando a formação do sujeito-leitor no país. Os pressupostos da Análise do Discurso francesa (Pêcheux; Orlandi) balizaram nossas análises.

*Palavras-chave:* Análise do Discurso; língua; leitura; bibliotecas públicas imperiais.

## Apenas uma breve introdução a título de contextualização do estudo ora apresentado, suas motivações e atuais desdobramentos

No Mestrado, busquei respostas para o pífio amadurecimento leitor dos alunos e, por que não?, soluções para os problemas observados. No Doutorado, no entanto, saí em busca de informações sobre a constituição da identidade desse sujeito-leitor e pressenti que qualquer que fosse a resposta só poderia estar na historicidade do leitor-brasileiro, forjado na exclusão e no silenciamento de cinco séculos. Voltei-me, portanto, para o passado, ainda que não muito remoto: o século XIX.

Essas pesquisas, porém, não ensejaram escritos *pro forma*, apenas para justificar titulações acadêmicas. Elas estão na base de um projeto recentemente

---

\* Tese de doutoramento defendida em 2006 no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense (PPGL/UFF), com o título **O papel das bibliotecas públicas na produção dos sentidos de língua, leitura e nação no Brasil do século XIX**, orientada pela Professora Doutora Bethania Mariani.

\*\* Pesquisadora da CAPES, coordenadora do Projeto *Orientação de Letramento(s) e construção de percursos de leitura de jovens e adultos nos Ensinos Fundamental e Médio: o protagonismo do sujeito-leitor na constituição dos sentidos*; pesquisadora dos Grupos *Discurso e Ensino: trabalhando o verbal e o não-verbal* (UFRJ) e *Discurso, historicidade e subjetividade: inconsciente e ideologia* (UFF); Professora do curso de Letras e de Pós-Graduação *lato sensu* em Língua Portuguesa do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM); Professora aposentada da Rede Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro (1976-2010); Mestrado e Doutorado em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: [gracassano@terra.com.br](mailto:gracassano@terra.com.br) e [cassano.mg@gmail.com](mailto:cassano.mg@gmail.com)

aprovado pelo INEP/CAPEs, em que terei a oportunidade de estender a escolas públicas ideias fomentadas durante a pós-graduação, sempre com vistas a um ensino de leitura mais significativo. Sem dúvida, devo à orientação diligente e segura de Bethania S. C. Mariani<sup>1</sup>, nas duas oportunidades, o resultado positivo desses estudos. A ela dedico a co-autoria da dissertação e da tese.

Passemos, pois, à síntese da tese defendida em 2006.

### **Aqueles eram tempos propícios para se consolidarem as noções de nação e de língua nacional**

Nesse trabalho, que se inclui no projeto História das Ideias Linguísticas, refletimos sobre a Biblioteca Nacional e o Real Gabinete Português de Leitura (doravante aqui BN e RGPL), tomando-os não como meras instâncias armazenadoras de documentos a contrapor-se à possibilidade da perda da lembrança ou como lugares de organização do saber. Tais bibliotecas nos interessaram ao nos terem permitido considerar os modos pelos quais historicamente se tomaram instituições, discursivisaram-se e contribuíram para a formação de um imaginário de língua e de leitura no Brasil. Assim sendo, valeu tomar como objeto os discursos institucionais, na forma de regimentos e estatutos, considerando-se, como sugere Mariani (1999), a historicidade do processo de constituição das instituições.

A escolha do século XIX, por sua vez, deveu-se ao fato de esse período, como aponta Orlandi (2001 [1993], p. 8), ter sido um momento em que desembarcaram práticas des-colonizadoras que já vinham se estabelecendo ao longo do século anterior e adquiriram, então, concretude histórica.

Nossa análise justificou-se ao considerarmos a BN e o RGPL também como espaços enunciativos da língua portuguesa, com repercussão no âmbito político da nação brasileira que começou a instituir-se com a vinda da Família Real. Foi interessante cotejar o processo de implantação dessas bibliotecas em território brasileiro: uma por transferência provisória que se fez permanente; outra por iniciativa particular de um grupo visionário e representativo da elite portuguesa. Tudo isso em uma época em que a língua deixava de ser uma questão da relação somente com os portugueses para ser de brasileiro para brasileiro, época em que se produziram aqui instrumentos linguísticos, instituições e os primeiros programas de ensino.

---

<sup>1</sup> Orientadora: Professora do Departamento de Letras e da Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense (UFF); Chefe do Departamento de Ciências da Linguagem (UFF); Professora Doutora pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) /Professora Pós-Doutora do Programa de Pós-Graduação da Universidade de Stanford.

## Por um leitor à imagem e semelhança de projetos de leitura antes e fora enunciados

Iniciemos nossas considerações pela BN que, em sua origem, é lugar de memória portuguesa, monumento criado pelos ideais iluministas, no processo de montagem e fortalecimento de estados nacionais. A coleção que para cá veio e aqui permaneceu corroborou a ideia de que uma língua nacional já houvera se constituído, antes mesmo que o Estado brasileiro se instituisse. Mas com a coleção teria vindo também um programa de leitura, um percurso já escrito e inscrito discursivamente em outro lugar, para que aqui se dessem os efeitos de repetição e de reconhecimento.

A BN representava um ramo importante da fortuna do Estado, e destinava-se não só a promover a ilustração dos nacionais, como também para revelar e manifestá-la. Ao longo do século XIX, no entanto, foi-se revestindo de brasilidade, ao se firmar por meio do acervo que se ia ampliando e sendo ressignificado – à medida que novas e outras demandas por leitura surgiam –, ditadas pela realidade de um novo momento. Isso inclui, com a proclamação da Independência, a responsabilidade pela construção do arquivo de documentação gerada pelo órgãos governamentais locais.. Tornava-se, então, depositária da memória do novo Império que reclamava uma identidade.

Como se percebe, essa memória abrasilava-se, à medida que o Estado Imperial brasileiro se fortalecia. O papel da BN, nesse momento em que era preciso (re)criar uma história própria e uma literatura original, foi fundamental. Ela passava a ser um patrimônio desse Estado que se preocupava em delinear uma cultura pautada em elementos dessa nacionalidade.

Mas essa nova realidade incluía, a sua revelia, novos hábitos leitores pouco afeitos às normas de uma biblioteca. E face a eles, relacionados à cultura da oralidade a que a sociedade local estava mais afeita, não raro era preciso disciplinar o uso do espaço. Por meio de ofícios encaminhados ao Governo, como este de 1823, Frei Antonio d' Arrabida, diretor da BN àquela época, queixava-se de que o local tornara-se “*em casa de disputa, e até de passeio, a que só há de estudo, e meditação, perturbando-se uns aos outros, entretendo, e estorvando os Empregados*”.

Providências foram tomadas, como a elaboração do primeiro regulamento para o regime da instituição, de 1824, mas, ao que parece, sem muito sucesso, pois as reclamações dos dirigentes da casa eram recorrentes. Tudo isso parece vir a atestar que mudanças na forma de ler, fundadas na diferença, começavam a se revelar nos novos modos de se relacionar com livros e com bibliotecas. Esse leitor tornava impossível os gestos de interpretação esperados, na dependência em que estava de um agir percebido como discurso transgressor.

A interpelação que atuava no corpo desse leitor, para torná-lo *dócil* (FOUCAULT, 1999 [1975]) e a sua leitura, se sustentava no pre-construído de que era preciso impedir apartes oralizados, em ambientes de recolhimento intelectual. Urgia instaurar planos enunciativos em que esse sujeito se constituísse no leitor imaginário, inscrito no regulamento - o que lê criteriosa e silenciosamente. Na biblioteca não deviam compartilhar leituras, como se fazia em lugares plenamente públicos.

Em movimento paralelo, instituía-se o Gabinete Português de Leitura, uma instituição que desde sempre se definiu portuguesa, fundada em 1837, por iniciativa de um grupo de portugueses do/no Brasil. Nessa época o país, já nação independente, vivenciava um período de transição histórica. Era necessário, na visão desse grupo, *reconstruir a amizade, a fraternidade, a aliança de sangue e de língua existente entre portugueses e brasileiros e reunir os melhores testemunhos da cultura portuguesa*, além de se instituir no *primeiro fórum de debate cultural, existente no Brasil*. Era preciso manter Portugal sempre visível aos olhos da ex-colônia, instituindo um lugar de memória que, na verdade, não se identificava com o Brasil.

Selaram a criação da biblioteca, a qual viria abrigar livros cuja precedência recaísse em obras portuguesas, as obras e manuscritos de mérito na língua portuguesa. O RGPL seria, pois, a solução para que seus associados não se sentissem culturalmente desterrados.

Imaginava-se o RGPL destinado a *preservar na comunhão da língua as nobres origens da Raça* e conferir civilidade não só aos portugueses aqui estabelecidos, mas ao Império do Brasil. O objetivo era legitimar a variante portuguesa. Para isso, tomava-se a língua, trabalhada as diferenças em sua invisibilidade, como sendo uma, esquecendo-se de que as variantes portuguesa e brasileira historicizaram-se cada uma a seu modo, sob circunstâncias específicas em suas relações com a história de formação dos países.

Esse afã civilizatório, centrado na visibilidade do Português luso, sempre aparece materializado linguisticamente tanto nos textos fundadores e nos discursos proferidos ao longo do século em solenidades realizadas pelo Gabinete. Credenciava-se a associação para conferir a seus acionistas e subscritores o status de pessoas cortesões, descendentes de um povo cuja história, acreditavam, assegurava-lhes a condição de adiantamento cultural, social e moral, características que não se deviam definir em meio tão adverso quanto o que aqui diziam encontrar. Por extensão, pensavam em favorecer os brasileiros, servindo-lhes, pois, de exemplo.

Temos aqui um só pré-construído revelando dois imaginários que se constituem mutuamente: o eu/lá português e o outro/lá o não português. Os brasileiros somos o "outro", forjado pelo olhar europeu que também nos apaga, exclui.

Qualquer que fossem, entretanto, os objetivos da BN ou do RGPI, a identidade leitora brasileira se firmava na procura preferencial de obras em português de um gênero a ganhar cada vez mais adeptos entre os leitores oriundos das mais variadas camadas sociais: o romance. Havia, inclusive, fora da circunscrição das bibliotecas públicas, procura por uma leitura que poderia se denominadas de *sensação* (EL FAR, 2004), cujo teor configurava-se pela audácia e arrebatamentos produzidos por enredos recheados de cenas de luxúria.

A história não foi favorável a essas obras, não as levando no cômputo de material digno de permanecer na memória crítico-literária brasileira. Mas quem lia esses livros e onde o fazia? Não constam da relação de livros disponíveis aos leitores tanto na BN quanto no RGPI, mas sabe-se que devido à fórmula editorial de custo menor, o acesso a eles era facilitado a qualquer um. Essa tendência parece apontar para o fato de que, ao não fazerem parte do acervo das duas bibliotecas, mais do que ao seu teor “sensacional”, o que estaria em questão seria a variante da língua portuguesa utilizada para narrar. Quem os quisesse ler que o fizesse por sua conta e risco, mas não com o concurso dessas instituições.

### **Qual a relação disso tudo com a escola, afinal?**

Essas considerações foram articuladas com outras tantas relacionadas ao ensino, de modo a se perceber a influência do político no implemento do ensino de língua materna e de leitura no país.

Com referência às questões postas sobre língua, não levar em conta a variante brasileira teve e tem consequências nas práticas escolares passadas e hodiernas. O português do Brasil, tido como impuro, associado à oralidade, será sempre desvalorizado, inclusive pela escola. Esse apagamento do outro, que somos nós, acarreta a aceitação da denominação *língua nacional*, mas não a de *língua brasileira*. Segundo Dias (1996, p. 72), "a mudança de denominação do idioma era percebido como elemento desestabilizador do próprio 'carater referencial' da língua, tendo raízes na profunda separação entre língua escrita e língua falada. O português do Brasil, fruto de uma relação estreita com línguas de oralidade diferenciava-se da variante europeia legitimada por uma escrita secular a referendar sentidos tornados como "únicos" e "verdadeiros". Daí esse português marginal não ser levado em conta no meio escolar, por não ser produzido de acordo com a Norma e não passar pelo processo de legitimação.

Contudo, a oralidade não só se legitimará como resistirá à escolarização. O resultado não é fracasso, mas a resistência ao que não faz sentido.

O outro aspecto a ser considerado é a constituição do leitor e de um imaginário de leitura. O leitor que se projeta é europeizado e seus interesses

recaem nas obras de mérito e de cunho civilizatório. Não se permite supor que tal leitor tenha interesse por uma literatura outra, muito próxima ao que denomino de literatura de margem, ou seja, aquela que circula fora e à revelia das instituições.

Mas se esse percurso de leitura paralelo àquele em que autores renomados eram prestigiados era percorrido por aqueles a quem era dado ler, cabe aqui perguntar: a quem de fato esse tipo de literatura agradava? Se ela passava ao largo das instituições, isso significa que o leitor que acorria aos acervos da BN e do RGPL não era o mesmo que adquiria os romances ditos de sensação? Ou o mesmo leitor dos clássicos saía da biblioteca para ler esse tipo de obra em qualquer outro lugar?

A não validação desse tipo de leitura repercute no modo como, por exemplo, a escola ainda encaminha seu trabalho com os textos. O leitor, tolhido a princípio em seus atos, encontra-se também tolhido quanto à escolha de obras a serem lidas. Cabe contentar-se com o que as instituições de fomento de leitura sugerem com ideal.

Contudo, é digno de nota que ambas as bibliotecas já dispusessem, no século XIX, de livros de autores brasileiros, como, por exemplo, Alencar, Macedo, Machado. Percebe-se que a literatura brasileira vai se impondo política e literariamente.

BN e (R)GPL acompanharam esse processo, a primeira nacionalizando-se no decorrer do século; a segunda confirmando sua vocação de instituição portuguesa em terra estrangeira.